

EDITORIAL

Constituição Européia: entre o “SIM” e o “NÃO”

A experiência mais avançada de integração regional tem enfrentado problemas que mostram que o processo de regionalização que acompanha o de globalização não flui de modo tranqüilo nem sequer na região do planeta em que atores internacionais significativos mais têm jogado peso nesse sentido. O tratado que institui a Constituição Européia, assinado em outubro de 2004 pelos 25 Estados Membros dessa União Econômica, sofreu recentemente duas derrotas significativas no processo de ratificação pelo qual tem passado desde então. França e Países Baixos, em referendo, rejeitaram o projeto de Constituição Européia. Embora 11 países o tenham ratificado (Alemanha, Áustria, Bélgica, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Grécia, Hungria, Itália, Letônia e Lituânia), os dois “nãos” recentes, particularmente o francês, causaram forte impacto na atual conjuntura de construção desse bloco regional.

O Tratado Constitucional Europeu expressa uma tentativa de estabelecer um fundamento jurídico único que se sobreponha ao conjunto de acordos e tratados assinados ao longo das últimas décadas de experiência de unificação européia. Tal tratado tem sido considerado como muito extenso, contendo 265 páginas e mais de 60000 palavras. Esse detalhismo lhe faz perder credibilidade e torna sua inteligibilidade difícil para o cidadão comum.

Entretanto, não há dúvida quanto ao conteúdo liberal dominante no ideário econômico da Constituição Européia. O fato de 55% de eleitores franceses terem dito “não” à carta constitucional expressa, entre outros, uma rejeição à incapacidade das políticas econômicas de corte liberal, implementadas pelo impopular governo do presidente Jacques Chirac – que se empenhou fortemente a favor do “sim” -, resolverem o problema do desemprego. Nesse sentido, o veto contra uma ameaça de fim da Europa social estaria no horizonte da negativa do eleitorado francês.

Ademais, o problema pode ser visto sob um outro ângulo mais amplo. O processo de unificação da Europa está muito mais avançado no plano econômico do que no plano propriamente político. A União Européia é mais que uma Área de Livre Comércio, mais que uma União Aduaneira e mais que um Mercado Comum, pois ela é uma União Econômica ou Monetária em processo de construção. Porém, está longe de ser uma União Política, embora possa vir a ser algo desse tipo em um futuro que ainda parece longínquo e incerto, haja vista a crítica situação atual. Para ser uma União Política, a União Européia teria que assumir o formato de uma federação, ou seja, ser um Estado com o federalismo como forma de governo. Embora a existência, em alguns países membros, de uma moeda única, o Euro, e de um Banco Central Europeu possam dar a impressão de se tratar de uma federação, não se pode falar nisso sem que haja um Estado.

A União Européia nem sequer é claramente uma confederação, embora esteja muito mais próximo disso do que de uma federação. As experiências históricas de confederação mostram que elas normalmente se caracterizam pela existência de uma política externa, de segurança e de defesa comuns. Embora o atual tratado constitucional

busque avançar nesse sentido através da instituição da figura do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, o fato é que ainda as referidas áreas de políticas públicas não são compartilhadas pelos Estados membros. Por outro lado, a União Européia possui traços semelhantes à experiência germânica do Zollverein, que ocorreu no século XIX, sob liderança da Prússia, e que pode ser interpretada como uma confederação para fins econômicos.

Ainda não se pode falar de um povo europeu ou de um Estado europeu, mas sim de povos e Estados europeus. Persistem resistências e desconfianças em relação à transferência de direitos nacionais de cidadania e soberania para uma esfera européia supranacional, a se configurar na pretensa figura dos Estados Unidos da Europa. Ou seja, o Estado-nação, a despeito das mudanças institucionais em curso, segue sendo uma peça chave no jogo de xadrez da unificação européia. A simbologia supranacional do tratado constitucional foi rejeitada na França e nos Países Baixos, bem como sua ratificação foi adiada pelo reticente Reino Unido de Tony Blair.

A perspectiva teórica realista da integração regional, por exemplo, alerta para o fato de que os blocos regionais tanto podem elevar como solapar a posição relativa de cada país membro. Outro aspecto é que é previsível um maior avanço no processo de integração regional em experiências nas quais exista um maior equilíbrio relativo de poder entre os Estados membros, como é o caso da União Européia, onde se incluem grandes potências como Alemanha, Reino Unido e França. Por outro lado, lá também existem temores entre Estados mais ricos e mais pobres ou maiores e menores. Não seria este último temor o caso dos Países Baixos, e não temem os mais ricos integrarem-se a um Leste Europeu pobre, com mão de obra barata, entre outras dificuldades? Ou seja, um equilíbrio de poder que permita a evolução político-institucional da UE rumo a formas mais estreitas de integração está ainda para ser atingido. Assim como não existe, na cidadania européia, suficiente acúmulo para um sentimento ou consciência de pertencimento a uma Europa de um só povo, a despeito da existência de um Parlamento Europeu, entre outras instituições políticas supranacionais na região.

O sentido de nacionalidade prossegue muito operante. Note-se que o eleitor francês votou levando em conta a situação política interna de seu país. Isso não quer dizer que a xenofobia dos seguidores do direitista Le Pen dá conta de explicar o resultado do referendo na França. A situação é complexa. Parte expressiva das forças políticas de esquerda votou contra o tratado constitucional por ser contra a hegemonia neoliberal no processo de unificação regional. Porém, essas mesmas forças não se manifestaram contra o Tratado de Maastricht, em 1992, até porque zigzagueiam no terreno ideológico do chamado pensamento único. De resto, diga-se de passagem que o “sim” recebeu grande apoio da mídia e que a taxa de participação dos eleitores no pleito foi bastante alta.

A democracia está causando estragos nos planos das elites que arquitetam uma União Européia com um projeto na contra-mão do bem-estar social. Se o que caracteriza a história é a mudança, se o movimento da história torna tudo provisório, isso é ainda mais certo para o que se passa na integração do Velho Continente.

Marcus Ianoni

Doutor em Ciência Política e docente no curso de relações internacionais do Unicentro Belas Artes